

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 22 de junho de 2015.

Edição nº 1691

Nesta edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Boletins.....2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal.....2

Súmulas de contratos.....2

Editais.....4

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....4



PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

BOLETIM N.º 299/2015

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, MARCELO LEMOS DORNELLES, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

REVOGAR

- com base no parágrafo 2º do art. 129 da Constituição Federal e nos termos do Provimento n.º 11/2008, a Portaria n.º 04-07/2011, que autorizou a Dra. STELA BORDIN, ID n.º 3443442, então Promotora de Justiça de Getúlio Vargas, a residir na cidade de Erechim/RS, sem ônus para o Estado e sem prejuízo de suas funções (PR.00001.00048/2008-9 - Port. 2170/2015).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 22 de junho de 2015.

KARIN SOHNE GENZ,

Promotora de Justiça,
Chefe de Gabinete.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

BOLETIM N.º 300/2015

A EXCELENTÍSSIMA SENHORA SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, ANA CRISTINA CUSIN PETRUCCI, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

NOMEAR

- JULIANE COUTO CASTRO, para exercer o Cargo em Comissão de Assessor de Promotor de Justiça II, CC-06, deste órgão (Port. 2191/2015).

REVOGAR

- a contar do dia 11 de junho de 2015, a Portaria n.º 1991-/2014, publicada no DEMP de 12/06/2014; a Portaria n.º 3124/2013 e Portaria n.º 3125/2013, ambas publicadas no Boletim n.º 509 do DEMP de 25/10/2013, que designaram a Dra. JEANE SCHILLING DE ASSUMPÇÃO, Promotora de Justiça de entrância final, ID n.º 3429857, respectivamente, como Presidente da Comissão de Gestão Estratégica de Pessoas - COGESP, Diretora da Secretaria de Acompanhamento e Supervisão das Carreiras – SASC e Coordenadora Técnica da Comissão Disciplinar Permanente - CDP (Port. 2197/2015).

- a contar do dia 11 de junho de 2015, a Portaria n.º 1991-/2014, publicada no DEMP de 12/06/2014; a Portaria n.º 0073/2014 e Portaria n.º 0074/2013, ambas publicadas no Boletim n.º 23 do DEMP de 23/01/2014, que designaram o Dr. ANDRÉ FERNANDO JANSON CARVALHO LEITE, Promotor de Justiça de entrância final, ID n.º 3357376,

respectivamente, como Presidente Substituto da Comissão de Gestão Estratégica de Pessoas - COGESP, Diretor Substituto da Secretaria de Acompanhamento e Supervisão das Carreiras – SASC e Coordenador Técnico Substituto da Comissão Disciplinar Permanente - CDP (Port. 2198/2015).

DESIGNAR

- a contar do dia 11 de junho de 2015, a Dra. DIOMAR JACINTA RECH, Promotora de Justiça de entrância final, ID n.º 3427714, e o Dr. ANDRÉ FERNANDO JANSON CARVALHO LEITE, Promotor de Justiça de entrância final, ID n.º 3357376, respectivamente, como Coordenadora Técnica da Comissão Disciplinar Permanente - CDP e Coordenador Técnico Substituto da Comissão Disciplinar Permanente - CDP (Port. 2199/2015).

- a contar do dia 11 de junho de 2015, a Dra. DIOMAR JACINTA RECH, Promotora de Justiça de entrância final, ID n.º 3427714, e o Dr. ANDRÉ FERNANDO JANSON CARVALHO LEITE, Promotor de Justiça de entrância final, ID n.º 3357376, respectivamente, como Diretora e Diretor Substituto da Secretaria de Acompanhamento e Supervisão das Carreiras – SASC (Port. 2200/2015).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 22 de junho de 2015.

ANA CRISTINA CUSIN PETRUCCI,

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

SÚMULA DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROCESSO Nº 1105-09.00/14-0 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 27/2014

CONTRATADA: TELEALARME BRASIL LTDA.; **OBJETO:** prorrogação da vigência do Contrato de Prestação de Serviços (monitoramento de alarme 24 horas, com pronta resposta, mediante agente técnico de vistoria, com fornecimento e instalação de equipamentos em comodato, para os prédios sedes das Promotorias de Justiça de Viamão, Porto Alegre – 4º Distrito e Porto Alegre – Alto Petrópolis), por doze meses, a contar de 12 de junho de 2015; redução do valor pago pelos serviços prestados pela contratada em cada Promotoria de Justiça para R\$ 450,00 mensais; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 57, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 19 de junho de 2015.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

SÚMULA DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROCESSO N.º 2039-09.00/12-0 PREGÃO PRESENCIAL N.º 05/12

CONTRATADA: DIPESUL VEÍCULOS LTDA.; **OBJETO:** alte-



Diário eletrônico do
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 22 de junho de 2015.

www.mprs.mp.br

Edição nº 1691

ração da gestão do contrato AJDG n.º 142/12, que tem por objeto a prestação de serviços técnicos de manutenção preventiva e corretiva ao ônibus da marca Volvo, modelo B12 400 6x2, pertencente à frota do Contratante (cláusula décima); **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 19 de junho de 2015.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO
DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
PROCESSO Nº 1105-09.00/14-0
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 27/2014**

CONTRATADA: PLETSCH & RIZZON LTDA.; **OBJETO:** prorrogação da vigência do Contrato de Prestação de Serviços (monitoramento de alarme 24 horas, com pronta resposta, mediante agente técnico de vistoria, com fornecimento e instalação de equipamentos em comodato, para os prédios sedes das Promotorias de Justiça de Lajeado e de Lagoa Vermelha), por doze meses, a contar de 12 de junho de 2015; redução do valor pago pelos serviços prestados pela contratada na Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha para R\$ 450,00 mensais e manutenção do valor pago pelos serviços prestados na Promotoria de Justiça de Lajeado – R\$ 429,00 mensais; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 57, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 19 de junho de 2015.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
E RATIFICAÇÃO
CO.31109**

CONTRATADA: RBS – ZERO HORA EDITORA JORNALÍSTICA S/A; **OBJETO:** renovação de assinatura anual do JORNAL ZERO HORA para Promotoria de Justiça do Tribunal do Júri de Porto Alegre/RS; **VALOR TOTAL:** R\$ 923,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3903; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 25, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 19 de junho de 2015, pela Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dra. Ana Cristina Cusin Petrucci.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 19 de junho de 2015.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO
DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
PROCESSO Nº 1105-09.00/14-0
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 27/2014**

CONTRATADA: SECURISYSTEM SISTEMAS DE MONITORAMENTO - EIRELI; **OBJETO:** prorrogação da vigência do Contrato de Prestação de Serviços (monitoramento de alarme 24 horas, com pronta resposta, mediante agente técnico de vistoria, com fornecimento e instalação de equipamentos em comodato, para diversos prédios sedes do Ministério Público do Rio Grande do Sul), por doze meses, a contar de 12 de junho de 2015; redução do valor pago pelos serviços prestados pela contratada em cada Promotoria de Justiça para R\$ 450,00 mensais; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 57, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 19 de junho de 2015.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO N.º 973-09.00/15-4
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 16/2015**

FORNECEDOR: AIDC TECNOLOGIA LTDA; **OBJETO:** Registro de preço unitário de leitores de código de barras, conforme abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA/ MODELO	QTDE. (UN.)	VALOR UN. (R\$)
02	Leitor de código de barras tipo "pistola", com pedestal, baseado em tecnologia laser.	Newland HR1250-76	300	160,00

VALIDADE: 01 (um) ano; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Estaduais n.os 13.191/09 e 11.389/99, Provimentos PGJ/RS n.os 40/04, 47/05 e 33/08, Lei Complementar n.º 123/06 e, subsidiariamente, Leis Federais n.os 8.666/93 e 10.520/02, Provimento PGJ/RS n.o 54/02 e Decreto Estadual n.º 42.434/03; **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 18 de junho de 2015.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO N.º 973-09.00/15-4
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 16/2015**

FORNECEDOR: COMPLEX TECNOLOGIA LTDA; **OBJETO:**



Diário eletrônico do
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 22 de junho de 2015.

www.mprs.mp.br

Edição nº 1691

Registro de preço unitário de leitores de código de barras, conforme abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA/MODELO	QTDE. (UN.)	VALOR UN. (R\$)
01	Leitor manual de código de barras tipo "pistola", sem pedestal, com tecnologia CCD.	Compex / CCD100 0BTN	300	113,80

VALIDADE: 01 (um) ano; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Estaduais n.os 13.191/09 e 11.389/99, Provimentos PGJ/RS n.os 40/04, 47/05 e 33/08, Lei Complementar n.º 123/06 e, subsidiariamente, Leis Federais n.os 8.666/93 e 10.520/02, Provimento PGJ/RS n.o 54/02 e Decreto Estadual n.º 42.434/03; **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, em Porto Alegre, 18 de junho de 2015.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

EDITAL N.º 214/2015

Resultado do Edital nº 204/2015 – REMOÇÃO DE
ASSISTENTE DE PROMOTORIA DE JUSTIÇA
DEMP 11/06/2015)

A EXCELENTÍSSIMA SENHORA SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, ANA CRISTINA CUSIN PETRUCCI, faz público que, tendo em vista o que consta no PR.00576.00492/2015-9, se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (<http://intra.mp.rs.gov.br/ur/remocoes>), o resultado da remoção referente ao Edital nº 164/2015.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 22 de junho de 2015.

ANA CRISTINA CUSIN PETRUCCI,

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS**

BOLETIM Nº 22/2015 - CAOCIVEL

O COORDENADOR DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL CÍVEL E DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério

Público do Estado do Rio Grande do Sul instaurou os seguintes Inquéritos Cíveis e Procedimentos Preparatórios:

IC 00718.00033/2015 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Bagé por Everton Luís Resmini Meneses com a finalidade de apurar a prática de Improbidade Administrativa por Luiz Gustavo Moreira de Morais, por facilitar ou concorrer por qualquer forma para a incorporação ao seu patrimônio particular de bens públicos, agindo negligentemente na conservação do patrimônio público, infringindo os princípios constitucionais republicanos da Administração Pública, tendo em vista a invasão de área pública municipal, pertencente ao Município de Bagé, por parte do Loteamento Coradini, com a decisiva participação do Secretário da SCOPLAN. Investigados: Luís Gustavo Moreira de Morais e Valmor Coradini Júnior. Local: Bagé.

IC 00710.00017/2015 instaurado na Promotoria de Justiça de Agudo por Claudio Antonio Rodrigues Estivallet Junior com a finalidade de apurar a eventual prática de ato de improbidade administrativa, consistente na expedição de carta de habite-se, em desconformidade com as exigências da Lei Estadual 14.376/2013, para onze apartamentos do Edifício Vitória Jahn, em Agudo.

Representante: Rene Luiz Wickert.

Local do Fato: Rua Ramiro Barcelos, 281, Agudo/RS. Investigados: Ademir Kessler; Gilberto Domingos Buriol; e Valério Vili Trebien.

IC 00718.00037/2015 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Bagé por Marlise Martino Oliveira com a finalidade de apurar a ocorrência de dano ao patrimônio histórico de Bagé, em razão da demolição de imóvel inventariado na poligonal tombada - Avenida Marechal Floriano, nº 1678 - sem licença ou autorização dos órgãos de proteção competentes Investigados: Alberto Juliano Parisotto (responsável técnico), Município de Bagé e Odacir Mendonça (proprietário). Local do Fato: Avenida Marechal Floriano, Nº 1678, Centro, Bagé.

IC 00718.00038/2015 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Bagé por Marlise Martino com a finalidade de apurar a ocorrência de dano ao patrimônio histórico-cultural (meio ambiente cultural), consistente em efetuar reforma em bem imóvel histórico protegido, localizado na Avenida Marechal Floriano, Nº 1715, em bagé, em desconformidade com o projeto aprovado por órgão municipal competente.

Investigados: Antônio Ricardo Garcia Brandão (proprietário), Luís Gustavo Moreira De Morais (secretário da SCOPLAN) e Município de Bagé.

Local: Avenida Marechal Floriano, Nº 1715, Bagé.

IC 00721.00011/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Barra do Ribeiro por Daniel Soares Indrusiak com a finalidade de reprovação da prestação de contas do Índice De Gestão Descentralizado (IGD)- Bolsa Família do Município De Mariana Pimentel.

Investigado não informado.

Local do Fato: Barra Do Ribeiro.

PI 00729.00018/2015 instaurado na Promotoria de Justiça Cível de Cachoeira do Sul por Débora Jaeger I com a finalidade de averiguar possível ato de improbidade administrativa decorrente de desvio de função, por detentores de cargos



Diário eletrônico do Ministério Público Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 22 de junho de 2015.

www.mprs.mp.br

Edição nº 1691

comissionados estarem exercendo atividades de cargos efetivos, no município de Novo Cabrais.

Investigados: Leodegar Rodrigues, Prefeito Municipal, e demais responsáveis a apurar.

Local do Fato: Novo Cabrais.

PI 00729.00019/2015 Instaurado na Promotoria de Justiça Cível de Cachoeira do Sul por Débora Jaeger Becker com a finalidade de averiguar eventual improbidade administrativa devido ao uso indevido de bem público (veículo da Prefeitura Municipal de Novo Cabrais) para fins particulares.

Investigado: Oneide Antonio De Moraes Alves, servidor público municipal.

Local do Fato: Novo Cabrais/RS.

PI 00738.00024/2015 instaurado na Promotoria de Justiça de Canguçu por Luana Rocha com a finalidade de apurar condições de trafegabilidade em vias públicas localizadas no Passo da Estiva, 1º Distrito de Canguçu/RS.

Investigado: Município De Canguçu.

Local do Fato: Passo da Estiva, 1º Distrito de Canguçu/RS.

PI 00738.00025/2015 instaurado na Promotoria de Justiça de Canguçu por Luana Rocha Ribeiro com a finalidade de apurar condições de trafegabilidade em via pública municipal denominada Passo do Povo.

Investigado: Município de Canguçu.

Local do Fato: via pública municipal denominada Passo do Povo, interior do Município de Canguçu/RS.

IC 00745.00008/2015 instaurado na Promotoria de Justiça de Carlos Barbosa por Melissa Marchi Juchen com a finalidade de averiguar possível prática de nepotismo, bem como irregularidades na contratação de CC's no âmbito da Administração Pública De Carlos Barbosa;

Investigado: Poder Executivo de Carlos Barbosa, CNPJ 88987183000134, com endereço na Rua Assis Brasil, 11, Centro, Carlos Barbosa.

Investigado: Poder Executivo Municipal de Carlos Barbosa.

Local do Fato: Carlos Barbosa.

IC 00745.00009/2015 instaurado na Promotoria de Justiça de Carlos Barbosa por Melissa Marchi Juchen com a finalidade de apurar possível prática de superfaturamento de obras públicas nos serviços de canalização ocorridos em Santa Clara, no Bairro Planalto e na manutenção da estrada da Linha Tripoli, todas do município de Carlos Barbosa;

Investigado: Poder Executivo de Carlos Barbosa, CNPJ 88987183000134, com sede na Rua Assis Brasil nº 11, Centro, Carlos Barbosa.

Local do Fato: Carlos Barbosa.

IC 00747.00010/2015 instaurado na Promotoria de Justiça De Catuípe por Nilton Kasctin dos Santos com a finalidade de investigar as contratações entre a Prefeitura Municipal de Catuípe e a empresa Supermercado Baroni Ltda., de propriedade de Luiz Fernando Baroni (vereador) e outros.

Investigado: Município de Catuípe.
Local do Fato: Catuípe (RS).
IC 00747.00009/2015 instaurado na Promotoria de Justiça de Catuípe por Nilton Kasctin dos Santos em razão de denúncia sobre pagamentos indevidos de diárias aos servidores públicos municipais do município de Catuípe.
Investigado: Município de Catuípe.

Local do Fato: Catuípe (RS).

IC 00747.00011/2015 instaurado na Promotoria de Justiça de Catuípe por Nilton Kasctin dos Santos com a finalidade de investigar conduta de servidores da FEPAM no que tange à concessão de licenças ambientais a empresas situadas no município de Catuípe.

Investigado não informado.

Local do Fato: Catuípe.

IC 00747.00012/2015 instaurado na Promotoria de Justiça de Catuípe por Nilton Kasctin dos Santos com a finalidade de investigar a ocorrência de irregularidades no empenho e pagamento da folha de pagamento da Prefeitura Municipal de Catuípe, nos meses de janeiro a abril de 2015.

Investigados: Kaue Klein Da Silva e Paulo Rodolfo Lorenzen.

Local do Fato: Catuípe.

IC 00754.00018/2015 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta por Tássia Bergmeyer Da Silveira Miranda com a finalidade de apurar possível irregularidade na terceirização dos serviços prestados na UPA de Cruz Alta, com dispensa de licitação na contratação.

Investigado: Município de Cruz Alta.

Local do Fato: Cruz Alta.

IC 00772.00009/2015 instaurado na Promotoria de Justiça de Faxinal do Soturno por Claudio Antonio Rodrigues Estivallet Junior com a finalidade de Investigar possíveis irregularidades na conduta de um Professor da Escola Estadual Dom Antonio Reis em Faxinal do Soturno, RS.

Ano: 2015.

Investigado: Mario André Somavilla

Local do Fato: Faxinal Do Soturno.

IC 00783.00040/2015 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí por Janine Rosi Faleiro com a finalidade de manifestação dos agentes de combate a endemias, aprovados no Concurso 08/2010, Edital 01/2010, em regime de contrato emergencial, na Prefeitura de Gravataí/RS.
Investigado não informado.

Local do Fato: Gravataí.

IC 00786.00001/2015 instaurado na Promotoria de Justiça Cível de Guaíba por Mariana de Azambuja Pires com a finalidade de Objeto: Apurar eventuais despesas desprovidas de finalidade pública efetuadas pelo Município de Guaíba com a Federação Gaúcha de Karatê Kyokushin Oyama.

Investigado: Município de Guaíba. Local dos fatos: Guaíba/RS.

Local do Fato: Guaíba.

IC 00786.00002/2015 instaurado na Promotoria de Justiça Cível de Guaíba por Mariana de Azambuja Pires com a finalidade de apurar eventual irregularidade quanto à dispensa de licitação para contratação da empresa Banrisul Serviços Ltda. Para fornecimento de 1.600 Cartões Alimentação Refeisel.

Investigado: Prefeito Municipal.

Local dos fatos: Guaíba/RS

PI 00788.00032/2015 instaurado na Promotoria de Justiça de Guaporé por Cláudio da Silva Leiria com a finalidade de apurar ocorrência de desvio de função de funcionários públicos na Prefeitura Municipal de Guaporé.
Investigado: Município De Guaporé.



Diário eletrônico do Ministério Público Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 22 de junho de 2015.

www.mprs.mp.br

Edição nº 1691

Local do Fato: Guaporé.

IC 00794.00035/2015 instaurado na Promotoria de Justiça Cível de Ijuí por Érico Fernando Barin com a finalidade de apurar atos de improbidade administrativa que geram enriquecimento ilícito (artigo 9º da Lei nº 8.429/92) e/ou que atentam contra os princípios da administração pública (artigo 11 da Lei nº 8.429/92), consistentes, respectivamente e em síntese, em exigir parte de remuneração de Carla Cristiane Watthier, ocupante de cargo em comissão, e/ou cometer assédio sexual à aludida pessoa enquanto ocupava cargo em comissão.

Investigado: Luis Varaschini, Vereador Municipal, residente na Colônia Santo Antônio, interior de Ijuí RS.

Local do Fato: Ijuí.

IC 00802.00024/2015 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Lajeado por Sérgio Da Fonseca Diefenbach com a finalidade de fiscalizar o efetivo cumprimento da Lei nº 10.098/2000, a qual determina as regras de "promoção de acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Investigados: Estado do Rio Grande do Sul, o 22.º Batalhão de Polícia Militar e o Comando Regional de Policiamento Ostensivo do Vale do Taquari CRPO/VT.

Local do Fato: Lajeado.

IC 00802.00023/2015 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Lajeado por Sérgio Da Fonseca Diefenbach com a finalidade de fiscalizar o efetivo cumprimento da Lei nº 10.098/2000, a qual determina as regras de promoção de acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Investigados: Estado do Rio Grande do Sul; Delegacia de Polícia de Lajeado; Departamento Médico Legal de Lajeado.

Local do Fato: Lajeado.

IC 00812.00003/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Nova Petrópolis por Carla Pereira Rêgo Flôres Soares com a finalidade de licenciamento irregular.

Investigado não informado.

Local do Fato: Nova Petrópolis.

IC 00815.00001/2015 instaurado na Promotoria de Justiça Cível de Novo Hamburgo por Manoel Luiz Prates Guimarães com a finalidade de averiguar possíveis irregularidades no Edital de Chamada Pública 02/2014, que trata do fornecimento de merenda escolar.

Investigado: Município De Novo Hamburgo.

Local do Fato: Novo Hamburgo.

IC 00815.00003/2015 instaurado na Promotoria de Justiça Cível de Novo Hamburgo por Manoel Luiz Prates Guimarães com a finalidade de Irregularidade na conservação e manutenção das ambulâncias do Município. Parte: Fundação de Saúde Pública de Novo Hamburgo

Investigado: Fundação De Saúde Pública De Novo Hamburgo (FSNH).

Local do Fato: Novo Hamburgo.

IC 00819.00026/2015 instaurado na Promotoria De Justiça De Panambi por Leonardo Giron - com a finalidade de Apurar possível irregularidade no Concurso Público e Processo Seletivo nº 001/2011, no Município de Panambi.

Investigado: Município De Panambi.

Local do Fato: Panambi.

IC 00819.00028/2015 instaurado na Promotoria De Justiça De Panambi por Leonardo Giron com a finalidade de averiguar omissão da Administração Pública diante da criação de equinoss em zona urbana, no período de 2013 a 2015. Investigado: Município De Panambi.

Local do Fato: Panambi.

IC 00819.00030/2015 instaurado na Promotoria de Justiça de Panambi por Leonardo com a finalidade de apuração de improbidade administrativa pela contratação irregular de professores no período de 2010 a 2015, no Município de Condor. Investigado: Município de Condor.

Local do Fato: Panambi.

IC 00823.00010/2015 instaurado na Promotoria de Justiça de Pedro Osório por Luana Rocha Ribeiro, com a finalidade de apurar suposto emprego irregular de verba pública municipal pela Associação dos Estudantes de Cerrito e Pedro Osório. Investigados: Associação Dos Estudantes De Cerrito e Pedro Osório e Paulo Cesar Machado Neves.

Local do Fato: Pedro Osório e Cerrito.

IC 00824.00034/2015 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas por Rosely Teresinha De Azevedo Lopes com a finalidade de apurar dificuldades de liberação de PPCI em Pelotas.

Investigado: a apurar;

Local: Pelotas/RS.

IC 00827.00003/2015 instaurado na Promotoria de Justiça de Pinheiro Machado por Adoniran Lemos Almeida Filho com a finalidade de apurar possível dano ao patrimônio histórico e cultural do Município de Pinheiro Machado em razão das obras de reforma do casarão da Família Lobato (casa amarela), localizado em frente à Praça Central.

Investigado: Simone Do Pinho Lima.

Local do Fato: Pinheiro Machado.

IC 01623.000.002/2015 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre em 28/05/2015 por André Baptista Caruso Mac-Donald com a finalidade de investigar possível desvio de agentes de fiscalização do Município de Porto Alegre para o Centro Administrativo Regional (CAR-Centro), o qual não tem, em tese, atribuições de fiscalização nem estrutura para tal atividade. Investigado: Município de Porto Alegre.

Local do Fato: Porto Alegre.

IC 01623.000.008/2015 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre em 28/05/2015 por André Baptista Caruso Mac-Donald com a finalidade de investigar possível nepotismo na nomeação de Fernando Postal como Diretor da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, tendo em vista ser irmão do Deputado Estadual Alexandre Postal.

Investigado(s): Fernando Postal. Banrisul S.A. Administradora de Consórcios.

Local do Fato: Porto Alegre.

IC 00829.00028/2015 instaurado na Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público de Porto Alegre por Luciana Maria Ribeiro Alice com a finalidade de possíveis irregularidades



Diário eletrônico do Ministério Público Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 22 de junho de 2015.

www.mprs.mp.br

Edição nº 1691

des no Concurso Público do DMAE para o cargo de Operador de Máquinas Especiais.

Investigado não informado.

Local do Fato: Porto Alegre.

IC 00852.00038/2015 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande por José Alexandre Da Silva Zachia Alan com a finalidade de Apurar possível enriquecimento ilícito do dirigente da Santa Casa do Rio Grande pelo recebimento irregular de verbas a título de diárias de viagem.

Investigado: Ênio Duarte Fernandez.

Local do Fato: Rio Grande.

IC 00852.00010/2015 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande por José Alexandre da Silva Zachia Alan com a finalidade de apurar os seguintes objetos: a.) possível ilegalidade no oferecimento de curso e na aquisição de motocicletas, envolvendo a empresa ORION, Eduardo Pazzinato e FADISMA; b.) possível ilícito no afastamento do trabalho do servidor Gildomar Gomes de Ávila; c.) defeitos no controle de ponto dos guardas municipais; d.) recebimento de risco de vida pelos servidores Fabricio Dimussio e Gerson. Investigado: Município Do Rio Grande.

Local do Fato: Rio Grande.

IC 00852.00040/2015 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande por José Alexandre da Silva Zachia com a finalidade de apurar possível enriquecimento ilícito do anterior dirigente da Santa Casa do Rio Grande pelo recebimento irregular de verbas a título de despesas de viagem.

Investigado: Rodolfo Gehlen de Brito.

Local do Fato: Rio Grande.

IC 00852.00042/2015 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande por José Alexandre da Silva Zachia com a finalidade de apurar a existência de possível negócio lesivo ao patrimônio da Santa Casa de Rio Grande vertido na contratação de serviços de Oncologia. Investigado: Associação de Caridade Santa Casa do Rio Grande.

Local do Fato: Rio Grande.

IC 00852.00043/2015 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande por José Alexandre da Silva Zachia Alan com a finalidade de apurar possível ato de improbidade administrativa.

Investigados: Maria da Graça Sena Cavalheiro e Verônica Cavalheiro de Mello.

Local do Fato: Rio Grande.

IC 00856.00019/2015 instaurado na Promotoria de Justiça de Rosário do Sul por Thomaz de La Rosa da Rosa com a finalidade de averiguar eventuais irregularidades nos repasses pelo Município de Rosário do Sul Ao Fapese.

Investigado Município de Rosário do Sul.

Local do Fato: Rosário do Sul.

IC 00856.00021/2015 instaurado na Promotoria de Justiça de Rosário do Sul por Thomaz de La Rosa da Rosa com a finalidade de acompanhar o processo relativo à cobrança de con-

tas por parte do Gestor Municipal, em decorrência da emissão de parecer desfavorável à aprovação das contas de Ney da Silva Padilha, ex-prefeito de Rosário do Sul, referente ao exercício de 2008, tendo como investigado o Poder Executivo Municipal.

Investigado: Ney da Silva Padilha.

Local do Fato: Rosário do Sul.

IC 00857.00024/2015 instaurado na Promotoria de Justiça de Sananduva por Marcos Roberto Lamin com a finalidade de Investigar a regularidade dos pagamentos realizados pela Administração Municipal ao servidor Paulo Henrique Baggio. Investigados: Município de Paim Filho e Paulo Henrique Baggio (servidor público do Município de Paim Filho, lotado no cargo de Dentista).

Local do Fato: Paim Filho.

IC 00877.00002/2015 instaurado na Promotoria de Justiça de Santo Cristo por Leandro Capaverde Pereira com a finalidade de investigar irregularidades no destino das verbas doadas pelo governo federal/estadual para os atingidos pelas enchentes em Porto Vera Cruz.

Investigado: Município de Porto Vera Cruz.

Local do Fato: Santo Cristo.

IC 00887.00018/2015 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de São Jerônimo por Léo Mário Heidrich Leal com a finalidade de Investigar atos de improbidade administrativa na Câmara de Vereadores de Arroio dos Ratos em relação à concessão irregular de diárias sem a devida comprovação, faltas injustificadas e não descontadas, ocorrência de nepotismo e empenho com duplicidade na emissão do cheque correspondente.

Investigados: Leonar Jonas Silva De Souza e Sérgio Sotelo.

Local do Fato: São Jerônimo.

IC 00891.00012/2015 instaurado na Promotoria de Justiça Cível de São Leopoldo por Alexandra Carniel com a finalidade de apurar atos de improbidade administrativa em prescrições médicas realizadas pelos médicos Thaís Queiroz Rebello, Luiza Madruga e Rogério Neves no âmbito da Fundação Hospital Centenário.

Investigados: Luiza Madruga,

Rogério Neves e Thaís Queiroz Rebello.

Local do Fato: São Leopoldo.

IC 00891.00011/2015 instaurado na Promotoria de Justiça Cível de São Leopoldo por Alexandra Carniel Antonio com a finalidade de averiguar "irregularidades na inexigibilidade de licitação nº 40/2014 da Prefeitura Municipal de São Leopoldo para aquisição de uniformes escolares". Investigados: Aníbal Moacir da Silva, Luís Arthur de Bitencourt e Município de São Leopoldo. Local do Fato: São Leopoldo.

IC 00891.00013/2015 instaurado na Promotoria de Justiça Cível de São Leopoldo por Alexandra Carniel Antonio com a finalidade de averiguar "irregularidades envolvendo as empresas concessionárias de serviço público que prestam serviços relacionados à coleta e/ou destinação de resíduos em São Leopoldo".



Diário eletrônico do Ministério Público Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 22 de junho de 2015.

www.mprs.mp.br

Edição nº 1691

Investigados: Companhia Riograndense de Valorização de Resíduos, Município de São Leopoldo e SI Ambiental. Local do Fato: São Leopoldo.

IC 00894.00006/2015 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de São Luiz Gonzaga por Dinamércia Maciel De Oliveira com a finalidade de apurar prática de ato atentatório aos princípios da Administração Pública, com enriquecimento ilícito, por parte de médico psiquiatra que prestava serviços ao município de Pirapó/RS.

INVESTIGADO: Antônio Carlos Belinazo, Brasileiro, Casado, Médico, Rg: 1003249537, CPF: 201.508.570/04, Residente e Domiciliado na Rua Quinze de Novembro, 1235, no Município de Santo Ângelo/RS.

Local Do Fato: Município De Pirapó/RS.

IC 00897.00024/2015 instaurado na Promotoria de Justiça de São Pedro do Sul por Eder Fernando Kegler com a finalidade de apurar possível prática de ato de improbidade administrativa em razão do uso de bem público para satisfação de interesses particulares, em horário de trabalho e fora dele, com ofensa aos arts. 9.º, 10 e 11 da Lei n.º 8.429 /92, durante o primeiro semestre do ano de 2012.

Investigado: Elton de Jesus Azevedo dos Anjos.

Local do Fato: São Pedro Do Sul.

PI 00900.00004/2015 instaurado na Promotoria de Justiça de São Valentim por Adriano Luís de Araujo com a finalidade de investigar ocupação irregular de terreno urbano pertencente ao município de São Valentim-RS.

Investigados: Moacir Zanella e Município de São Valentim.

Local do Fato: São Valentim.

IC 00901.00023/2015 instaurado na Promotoria de Justiça de Sapiranga por Paula Bittencourt Orsi com a finalidade de apurar eventuais irregularidades na Concorrência Pública de Edital n.º 01/2012 do Município de Araricá/RS, tendo por investigados o Município de Araricá/RS, o ex-prefeito Flávio Luiz Foss e o atual prefeito Sérgio Delias Machado. Investigados: Flávio Luiz Foss e Sérgio Delias Machado. Local do Fato: Sapiranga.

IC 00901.00024/2015 instaurado na Promotoria de Justiça de Sapiranga por Paula Bittencourt Orsi com a finalidade de apurar eventuais irregularidades no procedimento Carta Convite n.º 084/2012, tendo por investigados o Município de Sapiranga/RS, o ex-prefeito Nelson Spolaor e a empresa Geovitta Consultoria e Projetos Ambientais Ltda.

Investigado: Município De Sapiranga.

Local do Fato: Sapiranga.

PI 00907.00129/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Soledade por Mari Oni Santos da Silva com a finalidade de apurar eventual fraude à concurso público no Município de Fontoura Xavier.

Investigados: Município De Fontoura Xavier e Antonio Darci de Oliveira.

Local: Município de Fontoura Xavier.

IC 00910.00011/2015 instaurado na Promotoria de Justiça de Tapes por Manuela Paradedda com a finalidade de investigar a

regularidade ambiental da Fazenda Santo Antonio, Localizada nas Camélias, em Tapes.

Investigados: Fazenda Santo Antônio e Pnvest Pinheirais Gaúchos e Investimentos S/A.

Local do Fato: Tapes.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 19 de junho de 2015.

JOSÉ FRANCISCO SEABRA MENDES JÚNIOR

Coordenador do Centro de Apoio Operacional Cível e de Defesa do Patrimônio Público.

De acordo.

FABIANO DALLAZEN

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais

BOLETIM Nº 16/2015 – CAOURB

A COORDENADORA DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA ORDEM URBANÍSTICA E QUESTÕES FUNDIÁRIAS científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n.º 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que foram instaurados os seguintes expedientes investigativos:

1) Inquérito Civil nº 00914.00075/2014 instaurado na Promotoria De Justiça De Torres por Márcio Roberto Silva De Carvalho - 2º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Torres com a finalidade de investigar a ausência de transporte coletivo no Município de Dom Pedro de Alcântara/RS.

Investigado: Município De Dom Pedro De Alcântara.

Local do Fato: Município de Dom Pedro de Alcântara.

2) Inquérito Civil nº 00710.00016/2015 instaurado na Promotoria De Justiça De Agudo por Claudio Antonio Rodrigues Estivallet Junior - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Agudo com a finalidade de OBJETO: apurar a existência de loteamento irregular. LOCAL: Boa Vista Norte, Paraíso do Sul/RS. INVESTIGADOS: Hasso Laurindo Boijink e Município de Paraíso do Sul. REPRESENTANTE: Rosane Leci Schott.

3) Inquérito Civil nº 00718.00036/2015 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Bagé por Everton Luís Resmini Meneses - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Bagé com a finalidade de OBJETO: INVESTIGAR POTENCIAL INFRAÇÃO À ORDEM URBANÍSTICA EM RAZÃO DA SUPOSTA FALTA DE PPCI E INADEQUAÇÃO À LEI Nº 7.347/1985 E À LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 14.376/2013 (LEI KISS), NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO DE BAGÉ.

INVESTIGADO: MUNICÍPIO DE BAGÉ

LOCAL: BAGÉ.

4) Inquérito Civil nº 00748.00100/2015 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Caxias Do Sul por Adrio Rafael Paula Gelatti - 2º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Caxias Do Sul com a finalidade de Objeto: Área da Matrícula nº 12.323 do Registro de Imóveis da 2ª Zona de Caxias do Sul, situada no Distrito de Fazenda Souza, Zona Borelli, nesta Cidade - Loteamento Irregular ou Clandestino- Regularização fundiária e proteção ao direito de



moradia.

Partes: Beatriz Martini Canalli, Luiz Raumundo Canalli, Oscar Luiz Martini, Marly Rodrigues Martini, José Américo Martini, Maria Pasquale Ramos Martini, Alciones Martini, Antônio Medeiros de Azevedo Filho, Pedro Ronaldo Goulart Ribeiro e Incorporadora Alvorada Ltda (investigados) e 2ª Promotoria de Justiça Especializada (representante).

Local: Caxias do Sul - RS.. Investigados: Alciones Martini, Antonio Medeiros Azevedo Filho, Beatriz Martini Canalli, Incorporadora Alvorada Ltda, José Américo Martini, Luiz Raimundo Canalli, Maria Pasquale Ramos Martini, Marly Rodrigues Martini, Oscar Luiz Martini e Pedro Ronaldo Goulart Ribeiro. Local do Fato: Caxias Do Sul.

5) Inquérito Civil nº 00748.00101/2015 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Caxias Do Sul por Adrio Rafael Paula Gelatti - 2º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Caxias Do Sul com a finalidade de Objeto: Área da Matrícula nº 17.779 do Registro de Imóveis da 2ª Zona de Caxias do Sul -

Loteamento Irregular ou Clandestino - Regularização fundiária e proteção ao direito de moradia.

Partes: Adi Antônio Rodrigues (representante) e Dornelles Negócios Imobiliários (investigado).

Local: Caxias do Sul - RS.. Investigado: Dornelles Negócios Imobiliários. Local do Fato: Caxias Do Sul.

6) Inquérito Civil nº 00824.00035/2015 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Pelotas por Rodrigo Da Silva Brandalise - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Pelotas com a finalidade de apurar a inexistência de alvará do Corpo de Bombeiros, bem como de eventuais outras exigências administrativas relativas ao prédio onde se localiza a representação da Defensoria Pública.

Local do Fato: Pelotas.

Investigado: Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul.

7) Inquérito Civil nº 00928.00023/2015 instaurado na Promotoria De Justiça De Vera Cruz por Maria Fernanda Cassol Moreira - Promotora De Justiça Da Promotoria De Justiça De Vera Cruz com a finalidade de apurar a falta de PPCI – Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndios por parte da Comunidade Três Reis, situada em Linha Campos do Vale, Vale do Sol-RS. Investigado: Comunidade Três Reis. Local do Fato: Vale do Sol.

8) Inquérito Civil 00928.00022/2015 instaurado na Promotoria De Justiça De Vera Cruz por Maria Fernanda Cassol Moreira - Promotora De Justiça Da Promotoria De Justiça De Vera Cruz com a finalidade de apurar a falta de PPCI – Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndios por parte do Clube Ferraz, situado em Linha Ferraz, Vera Cruz-RS. Investigado: Clube Ferraz. Local do Fato: Vera Cruz-RS.

9) Inquérito Civil nº 00710.00018/2015 instaurado na Promotoria De Justiça De Agudo por Claudio Antonio Rodrigues Estivallet Junior - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Agudo com a finalidade de OBJETO: apurar a falta de plano de prevenção contra incêndio e pânico no Edifício Vitória Jann, em Agudo. LOCAL: Rua Ramiro Barcelos, 281, Agudo/RS. INVESTIGADO: IJ Construções Ltda (Construtora

Jann). REPRESENTANTE: Rene Luiz Wickert.

10) Inquérito Civil nº 01629.000.009/2015 instaurado na PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE HABITAÇÃO E DEFESA DA ORDEM URBANÍSTICA em 08/06/2015 por Luciano de Faria Brasil com a finalidade de Suposta irregularidade no depósito de gás da Churrascaria, denominada Espetão Azenha, localizada na Avenida da Azenha, 1564 - Bairro Azenha - Porto Alegre, RS.. Investigado(s): Município de Porto Alegre.

Churrascaria Espetão Azenha.

Local do Fato: Avenida da Azenha , 1564 - Bairro Azenha - Porto Alegre, RS.

11) Inquérito Civil nº 00814.00023/2015 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Novo Hamburgo por Sandro De Souza Ferreira - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Novo Hamburgo com a finalidade de Apurar a situação da escadaria que une as Ruas Júlio Adams e Rua José João Martins (entre os números 126 e 166), nesta cidade.

Investigada: Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo.

Local: Ruas Júlio Adams e José João Martins, em Novo Hamburgo. Investigado: Prefeitura Municipal De Novo Hamburgo.

Local do Fato: Novo Hamburgo.

12) Inquérito Civil nº 00820.00105/2015 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Passo Fundo por Paulo Da Silva Cirne - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Passo Fundo com a finalidade de APURAR IRREGULARIDADES NO REGISTRO DE IMÓVEIS DOS PRÉDIOS DA CÂMARA DE VEREADORES E PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO FUNDO, TENDO COMO INVESTIGADO O MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO E A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES E REQUERENTE A OUVIDORIA DO MP.. Investigados: Câmara Municipal De Vereadores De Passo Fundo e Município De Passo Fundo. Local do Fato: Passo Fundo.

13) Inquérito Civil nº 00783.00035/2015 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Gravataí por Janine Rosi Faleiro - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Gravataí com a finalidade de Apurar eventuais deficiências do sistema de pagamento de pessoal do Município de Gravataí.. Investigado não informado. Local do Fato: Gravataí.

14) Inquérito Civil nº 00716.00004/2015 instaurado na Promotoria De Justiça De Arroio Grande por Cristiane Maria Scholl Levien- Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Arroio Grande com a finalidade de apurar a falta de infraestrutura básica e regularização fundiária de loteamento instalado no Bairro Silvina Gonçalves, nomunicípio de Arroio Grande. Investigado: Município De Arroio Grande. Local do Fato: Arroio Grande.

15) Inquérito Civil nº 00716.00005/2015 instaurado na Promotoria De Justiça De Arroio Grande por Cristiane Maria Scholl Levien - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Arroio Grande com a finalidade de apurar irregularidades no loteamento Novo Milênio, no município de Arroio Grande. Investigado: Município De Arroio Grande. Local do Fato: Arroio Grande.

16) Inquérito Civil nº



17) Inquérito Civil nº 00860.00003/2015 instaurado na Promotoria De Justiça De Santa Bárbara Do Sul por Fabricio Gustavo

Allegretti - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Santa Bárbara Do Sul com a finalidade de INVESTIGAR POSSÍVEIS DANOS AMBIENTAIS E À ORDEM URBANÍSTICA QUANTO AO PROCESSO DE EROSIÃO DO SOLO CONSTATADO NA RUA GABRIEL SANTOS, BAIRRO MORADA DO SOL, EM SANTA BÁRBARA DO SUL-RS. Investigado: Município De Santa Bárbara Do Sul. Local do Fato: Santa Bárbara Do Sul.

18) Inquérito Civil nº 00912.00002/2015 instaurado na Promotoria De Justiça De Taquari por Sérgio Da Fonseca Diefenbach - Designação Excepcional - Sérgio Da Fonseca Diefenbach, com o objeto: Esgoto aberto na rua Diogo Vilanova, em Taquari/RS. Investigado: Município De Taquari. Local do Fato: Taquari.

19) Inquérito Civil nº 01202.00060/2015 instaurado na Promotoria De Justiça De Habitação E Defesa Da Ordem Urbanística por Luciano De Faria Brasil - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Habitação E Defesa Da Ordem Urbanística com a finalidade de Investigar potencial infração à ordem urbanística em razão de eventual ausência de iluminação pública na Rua Embira, nº 170, no trecho entre a Av. Juca Batista e o Condomínio Villa Carrara, bairro Hípica, nesta Capital. Investigado: Município de Porto Alegre Interessada: Sra. Valentina Leyser Bittencourt. Local do Fato: Porto Alegre.

20) Inquérito Civil nº 00716.00003/2015 instaurado na Promotoria De Justiça De Arroio Grande por Cristiane Maria Scholl Levien - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Arroio Grande com a finalidade de apurar irregularidades no funcionamento do estabelecimento Elegance Pub & Music, de Enéas Gustavo Gomes Gonçalves, localizado na Rua Francisco Cunha, nº 05, no município de Arroio Grande. Investigados: Eneias Gustavo Gomes Gonçalves - Elegance Music Eventos e Eneias Gustavo Gomes Gonçalves. Local do Fato: Arroio Grande

21) Inquérito Civil nº 00929.00023/2015 instaurado na Promotoria De Justiça De Veranópolis por Lucio Flavo Miotto - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Veranópolis com a finalidade de Objeto: em tese, loteamento irregular. Investigado: Adolpho Theodoro Dal Molin. Local: Município de Cotiporã - RS. Investigado não informado. Local do Fato: Veranópolis.

22) Inquérito Civil nº 00728.00013/2015 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Cachoeira Do Sul por Débora Jaeger Becker - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Cachoeira Do Sul com a finalidade de OBJETO: apurar possível construção de edificação em área irregular na Rua Conde de Porto Alegre, n.º 1803, Bairro Marques Ribeiro, Cachoeira do Sul.

INVESTIGADO: Miguel Alvori Teixeira, CPF 90220870004, Cachoeira do Sul.. Investigado: Miguel Alvori Teixeira. Local do Fato: Cachoeira Do Sul.

23) Inquérito Civil nº 00814.00064/2015 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Novo Hamburgo por Sandro De Souza Ferreira - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Novo Hamburgo com a finalidade de

Apurar a regularidade da oferta de venda, pelo Município de Novo Hamburgo, de área pública no Loteamento Morada dos Verdes Campos, de modo a verificar possível lesão à ordem urbanística.

Local: Loteamento Morada dos Verdes Campos, Novo Hamburgo.

Investigado: Município de Novo Hamburgo.. Investigado: Prefeitura Municipal De Novo Hamburgo. Local do Fato: Novo Hamburgo.

24) Inquérito Civil nº 00872.00012/2015 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Santo Ângelo por Paula Regina Mohr - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Santo Ângelo. Objeto: verificar a situação fundiária na Rua Arlindo Lemke, no Bairro São Carlos, no Município de Santo Ângelo, RS. Local: Rua Arlindo Lemke, no Bairro São Carlos, Santo Ângelo, RS. Investigado não informado.

25) Inquérito Civil nº 00878.00041/2015 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De São Borja por Cinthia Menezes Rangel - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De São Borja com a finalidade de Objeto: Apurar o direito constitucional à moradia das famílias residentes no terreno localizado junto à Associação de moradores da Vila Jaguari, São Borja. Local do Fato: São Borja.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 18 de junho de 2015.

DÉBORA REGINA MENEGAT,

Coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias.

De acordo.

FABIANO DALLAZEN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.